	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)			
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO


Relatório da Pesquisa da Proveniência da Corte de Apelação do Rio de Janeiro (1934- 1937)

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGC/COM/ SEGAP)

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	3
1.1. DURAÇÃO DA PESQUISA.....	4
1.2. EQUIPE DE PESQUISA (EPP).....	4
1.3. GRUPO DE TRABALHO.....	5
1.4. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	5
2. RESUMO DA CORTE DE APELAÇÃO.....	6
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO.....	6
2.2. A ESTRUTURA DA CORTE DE APELAÇÃO.....	12
3. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	15
4. ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA	16
5. COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL.....	17
5.1. QUANTIDADE DE PROCESSOS POR ANO.....	17
5.2. PROVENIÊNCIA.....	18
5.3. TIPO DOCUMENTAL.....	19
5.4. UNIDADE JUDICIÁRIA DE ORIGEM.....	24
5.5. PROCESSOS CONSULTADOS.....	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

1. APRESENTAÇÃO


O presente trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa da Proveniência do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi efetuada pelo Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes, da Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM/ SEGAP).

A pesquisa possui como corte temporal o período de 1934 até 1937, que se estende da criação até a extinção da Corte de Apelação do Rio de Janeiro.

O levantamento da pesquisa foi realizado nas seguintes instituições: Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Biblioteca da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca Euclides da Cunha. A montagem das estruturas organizacionais foi elaborada através da Coleção de Leis do Brasil.

O relatório a seguir está disposto da seguinte forma:

- I. Apresentação do trabalho, o tempo de duração do mesmo, bem como os resultados alcançados e as informações sobre a equipe e o grupo de trabalho;
- II. Resumo sobre o fundo documental;
- III. Estruturas organizacionais;
- IV. Relatório de análise dos processos do fundo pesquisado.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

1.1. DURAÇÃO DA PESQUISA


O período a que se refere à coleta dos dados, elaboração das estruturas e mini textos, análise dos processos até a apresentação final dos resultados da pesquisa, conforme o Plano de Ação compreendeu o período 03 de Maio de 2018 até 18 de Outubro de 2018.

RESGATAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FONTE GERADORA DO ACERVO DOCUMENTAL DO PJERJ – RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO				
Unidade	Tipo de atividade	Realização		
		Período*	Dias trabalhados	Total de Pessoas/ Dia (PD)
Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes	Pesquisa da Proveniência	03/05/2018 a 18/10/2018	118	2PD

* No período de 03/05/2018 a 18/10/2018, o referido trabalho foi realizado por uma pessoa, com a carga horária de oito horas diárias, sendo supervisionado pela Chefe de Serviço, com a carga horária média de uma hora diária.

1.2. EQUIPE DE PESQUISA (EPP)

A pesquisa acerca da Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1934-1937) foi supervisionada pela Chefe de Serviço do SEGAP Rosângela de Jesus Gomes e realizada pela historiadora Karoline Marques Machado.


	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

1.3. GRUPO DE TRABALHO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA

O Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (GTPP) é composto por João Carlos Santos Cruz (DGCOM/ GBCOM), Marcio Ronaldo Leitão Teixeira (DGCOM/ DEGEA), Gilberto de Souza Cardoso (DGCOM/ DIGED), Maria Rosa Torres Susana (DGCOM/ SEGIA), Rosangela de Jesus Gomes (DGCOM/ SEGAP) e Jorge Luis Rocha da Silveira (DGCOM/ SEAMI). O Grupo de Trabalho foi formalizado pelo Ato Executivo Nº 270/ 2017, em 30 de novembro de 2017.

1.4. RESULTADOS ALCANÇADOS

- Conclusão do fundo documental “Corte de Apelação do Rio de Janeiro (1934-1937) ”;
- Identificação do acervo procedente da Corte de Apelação do Rio de Janeiro;
- Identificação dos processos por tipo documental, unidade judiciária de origem, ano e procedência.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

2. RESUMO DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO


2.1. Contexto histórico:

Na década de 1930, o Brasil passou por profundas transformações no campo político, social, econômico. Além disso, presenciou o surgimento de ideologias de direita e esquerda, que levaram a mudanças culturais. É nesse contexto, de alterações constantes, que o Poder Judiciário presenciou duas mudanças estruturais. No presente relatório, nos atemos ao período que se estende de 1934 até 1937, época na qual funcionava a Corte de Apelação no Estado do Rio de Janeiro, ao ter como sede a cidade de Niterói¹. Contudo, para compreendermos a conjuntura histórica que se dá a criação e, principalmente, o funcionamento do Judiciário naquele período, é necessário retrocedermos ao ano de 1930, período no qual o Brasil passa por uma Revolução.

Os descontentamentos com o governo de Washington Luís, presidente da República até 1929, fizeram com que grupos políticos do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais juntassem forças com oficiais do Exército, sobretudo os tenentes, para retirada do presidente do poder. O movimento, ocorrido em finais dos anos 1930, saiu vitorioso, e levou ao posto de Chefe do Governo Provisório um dos seus principais líderes: Getúlio Vargas, militar rio-grandense chegou ao poder em 30 de novembro.

Após sua ascensão, Getúlio Vargas passou a governar através de decretos. Suas primeiras ações foram fechar o Congresso Nacional, substituir os governadores por interventores federais – e, na maior parte das vezes, os postos foram ocupados por tenentes de sua confiança – e, por fim, revogar a primeira Constituição republicana do país, de 1891. Apesar das medidas enérgicas

¹ Cabe lembrar que existiam duas Cortes de Apelação no Estado do Rio de Janeiro nesse período. A Corte de Apelação do Distrito Federal correspondia ao poder judiciário da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. A Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro correspondia ao poder judiciário dos 34 municípios que formavam o estado, sendo sua capital o município de Niterói.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência


tomadas nos primeiros meses de governo, Vargas não tinha ao seu lado uma base homogênea. Por um lado, muitos dos políticos que o apoiaram não tinham em pauta planos de reformas econômicas e sociais. Por outro, existia um grupo de novos políticos que, aliados aos tenentes, defendiam uma reforma profunda para o Brasil. Esse último pretendia implantar uma política nacionalista, assente em pautas como a diversificação da economia, a aprovações de leis a favor dos trabalhadores, a moralização das eleições com o voto secreto, a educação pública obrigatória, a nacionalização da infraestrutura econômica, sobretudo em relação aos minérios e ao petróleo.

O campo do trabalho foi um dos mais impactados pelas medidas adotadas pelo governo Vargas. Uma das primeiras medidas do Governo Provisório, em relação ao tema, foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo a promulgação de grande parte das legislações trabalhistas ocorrida entre o período de 1930 até 1934². Com as mudanças em relação ao mundo do trabalho, percebeu-se uma das primeiras alterações no Poder Judiciário, já que, em 1934, foi criada a Justiça do Trabalho. Assim, passaria a existir, segundo a Constituição, uma outra esfera da Justiça, fora do âmbito do Poder Judiciário³. Apesar da sua criação, a regulamentação só ocorreu com a publicação do Decreto nº 6.596 de 12 de dezembro de 1940⁴. No entanto, a sua regulamentação não eliminou por completo a existência de processos no âmbito do Poder Judiciário, já que nas localidades que não existisse uma representação da Justiça do Trabalho, era de competência do Juiz de Direito, ligado ao Poder Judiciário, dar andamento aos processos referentes as questões trabalhistas.

² A organização burocrática do Estado, bem como a sua relação com os trabalhadores, se constituiu em importante campo de debate na historiografia nacional. Obras referenciais sobre a questão são: GOMES, Ângela de Castro Gomes. "A invenção do Trabalhismo". Rio de Janeiro: Editora da FGV, 3 edição, 2005. FERREIRA, Jorge. "O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política-popular; 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. MATOS, Marcelo Badaró. "Trabalhadores e sindicatos no Brasil". Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

³ Ao longo do relatório, quando nos referimos ao Poder Judiciário, estamos a falar sobre a Justiça Estadual.

⁴ Regulamento da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D6596.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2018

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência


Nesse sentido, podemos compreender a existência de inúmeros processos relacionados ao mundo do trabalho nos acervos judiciais, após o surgimento da Justiça do Trabalho, já que foram necessárias muitas décadas para que o Poder Judiciário parasse de receber tais demandas.

Além das mudanças em relação ao trabalho, o governo Vargas trouxe outras transformações. Na área da saúde, montou um sistema de saúde pública, através da construção de grandes hospitais; na esfera administrativa, criou o Ministério da Educação e Saúde. Na esfera área previdenciária, criou os seguros contra invalidez, acidentes de trabalho, morte, doenças e o seguro maternidade. No campo da educação, empreendeu campanhas para erradicação do analfabetismo, deu os primeiros passos para fundação do sistema universitário federal, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), fundou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e adotou os princípios da Escola Nova⁵, filosofia pautada na defesa de uma educação paritária, cujo resultado seria a igualdade de oportunidade.

Os primeiros anos do Governo Provisório (1930-1934) foram marcados, como podemos perceber, por inúmeras alterações. As oligarquias de São Paulo, que mantiveram relações próximas com a presidência desde o início da República Oligárquica⁶, demonstravam profundas divergências e insatisfações em relação aos primeiros movimentos adotados por Vargas. Assim, se os velhos detentores do poder defendiam a manutenção das políticas tradicionalistas, os grupos de apoiadores do governo Vargas demandavam um aprofundamento do programa reformista e nacionalista. Neste cenário de embates entre distintas forças políticas, o presidente gaúcho decidiu, então, excluir as oligarquias paulistas do governo nacional. No caso de São Paulo, por exemplo, nomeou um

⁵ A Escola Nova defendia uma escola pública, universal, gratuita e laica. O entendimento sobre o tema pode ser visto em: ANDREOTTI; AL. "A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimento (1930-1964)". Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102-123, ago-2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-publicacao/4916/art8_22e.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

⁶ A alcunha "República Oligárquica" se refere ao período da História republicana brasileira onde houve a hegemonia das elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Neste contexto, se consolidaram projetos como "A política dos Governadores", bem como a expansão do "Coronelismo".

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

interventor militar para administrar o estado, sendo o escolhido João Alberto Lins de Barros.


A conjuntura, de intervenção no estado de São Paulo e a perda de poder político e econômico das elites estaduais, foi palco para a eclosão de uma revolta, com um grande movimento pela constitucionalização do país. O fortalecimento da oposição ao governo Vargas fez com que fosse realizada a substituição do interventor em São Paulo. Além disso, teve como resultado a promulgação do Código Eleitoral, em 1932, que convocou uma Assembleia Nacional Constituinte. Contudo, tais ações não foram suficientes para conter o ímpeto dos paulistas, que se rebelaram contra o Presidente. Explodia, em 9 de julho de 1932, a Revolução Constitucionalista.

Depois de quase dois anos de poder, Vargas teve que enfrentar uma rebelião no interior de um dos mais importantes estados da Nação. Os conflitos duraram cerca de três meses, não sendo o seu efeito mais devastador em virtude da ausência de apoio oriundo de outros estados. Apesar de conter os ânimos em São Paulo, Vargas não saiu ileso da disputa, já que o levante se desdobrou em um processo de constitucionalização do país, ou seja, a Assembleia Nacional Constituinte estava convocada e não poderia ser revogada.

Fruto da Assembleia Nacional Constituinte, realizada em 3 de maio de 1933, foi promulgada a nova Constituição, em 16 de julho de 1934⁷. O Poder Judiciário foi diretamente impactado pela nova Carta Magna. A primeira alteração foi a determinação que a Justiça Estadual passasse a utilizar o nome do Corte de Apelação. Além disso, podemos perceber uma seção na Constituição dedicada à Justiça Eleitoral, criada em fevereiro de 1932, através do Decreto nº 21.076⁸. Dessa maneira, percebemos mais uma mudança trazida pelo governo Vargas para estrutura do Poder Judiciário, já que as demandas de processos eleitorais deixaram de fazer parte da sua esfera.

⁷ Constituição de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

⁸ Código Eleitoral de 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOP/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

A promulgação da Constituição de 1934 não retirou Getúlio Vargas da presidência da República. Ficou estabelecido, nas Disposições Transitórias, que o primeiro presidente seria eleito pelos parlamentares, em eleições indiretas. Dessa maneira, Vargas foi eleito e conduzido à presidência, de forma constitucional, em 17 de julho de 1934.


No campo dos movimentos políticos, o Brasil presenciou o crescimento de duas vertentes distintas: de um lado, estava a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁹; do outro a Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁰. Os integralistas foram influenciados pelos movimentos fascistas que surgiram na Europa. Defendiam, em linhas gerais, a recusa à democracia liberal e ao socialismo; o controle do Estado sobre os meios de comunicação; o nacionalismo radical; a eliminação de qualquer oposição; o culto à personalidade do líder; o fim da liberdade de expressão; existência de um partido único; a manutenção das hierarquias sociais; o uso da violência.

Já os aliancistas, eram compostos, majoritariamente, por sindicalistas, intelectuais, estudantes, militares e militantes de esquerda. Esse grupo temia o avanço das ideias fascistas no Brasil, além de ter, como preocupação, a defesa do país contra o integralismo. Nas críticas ao governo, se opunha, explicitamente, à Lei de Segurança Nacional, promulgada pelo governo Vargas em abril de 1935. Defendiam o cancelamento da dívida externa, o combate ao capital estrangeiro, a exigência das liberdades democráticas, a reforma agrária e o fim da exploração dos camponeses.

As demandas da ANL incomodaram o governo Vargas, já que iam de oposição ao plano de governo. O alibi para declarar a ilegalidade dos aliancistas não demorou a chegar. Assim, o manifesto proclamado por Luís Carlos Prestes, comunista, em apoio à Aliança Nacional Libertadora, serviu para justificar a colocação do grupo na ilegalidade. O governo varguista fundamentou a ação a

⁹ CPDOC. Anos de Incerteza (1930-1937)- Ação Integralista Brasileira. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

¹⁰ CPDOC. Anos de Incerteza (1930-1937)- Aliança Nacional Libertadora. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência


partir do discurso da liderança política, pois frases como “assalto ao poder das grandes massas”, inspiradas no discurso de Lênin, seriam ameaçadoras à Segurança Nacional.

A perseguição aos membros da ANL, e aos comunistas no Brasil, levaram a inúmeras demandas processuais no Judiciário. Nos processos presentes no acervo do judiciário fluminense, podemos citar o procedimento investigatório do ano 1936, no qual membros de um sindicato foram acusados de disseminar o ideário comunista e de realizar reuniões clandestinas. Salientamos que esse processo – dentre outros que existem no acervo documental do Poder Judiciário –, servem para rememorar os acontecimentos históricos de diversos períodos da História do Brasil. Afinal, ao ter em vista o papel de agente histórico exercido pela Justiça, são as suas decisões um grande peso para sociedade.

É justamente a ilegalidade que levou a insurreição comunista de 1935, nas cidades nordestinas de Natal e Recife. O governo Vargas, após os levantes, ordenou uma forte repressão aos movimentos, o que levou ao rendimento dos revolucionários e, conseqüentemente, maus-tratos e prisões. O desdobramento dos movimentos comunistas de 1935 foi a sua própria marginalização, ao levar a extinção do Partido Comunista e a forte perseguição aos movimentos sindicais de esquerda.

O governo Vargas saiu fortalecido, sendo apoiado por setores da elite que até então não tinham manifestado sua anuência ao governo. O Congresso Nacional aprovou várias medidas que aumentaram o poder de Vargas. Dentre elas, autorizava a repressão as manifestações políticas, a censura aos meios de comunicação e instituíram o Tribunal de Segurança Nacional para julgar crimes políticos e contra a economia popular. Nesse sentido, percebe-se o fortalecimento no Brasil de um governo autoritário.

Com o aumento do poder concedido a Getúlio Vargas, e com a aproximação das eleições de 1937, percebeu-se a resistência de Vargas em

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/OM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

deixar o poder. Apoiado na suposta existência do Plano Cohen¹¹ – um estratégia comunista para tomar o poder –, bem como pelas Forças Armadas e elites políticas, Vargas decretou um golpe de Estado e instaurou uma ditadura. Foi instaurada, em 10 de novembro de 1937, o período conhecido sob a alcunha de Estado Novo¹².

O Estado Novo trouxe de volta a política dos interventores nos estados, a revogação da Constituição de 1934 e a suspensão das atividades políticas. No que se refere ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, foi decretado o fim a Corte de Apelação. Em seu lugar, nascia o Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro, que teve o seu Código de Organização Judiciária publicado no ano de 1938.


2.2. A estrutura da Corte de Apelação:

A Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro foi criada em meio as profundas transformações sofridas no Brasil, decorrente das turbulências que marcaram os anos 1930. Em relação à estrutura do Judiciário, podemos destacar a das demandas eleitorais e trabalhistas, tendo em vista a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, e da Justiça do Trabalho e a Justiça Militar, ambas em 1934. Segundo Verônica Donato, a Constituição de 1934 acarretou a permanência de um

“[...] unitarismo do Poder Judiciário, defendido pelo anteprojeto do Itamaraty, que idealizava uma lei orgânica a reger a Justiça como um todo, não foi aceito; portanto, continuaram a existir as Justiças Federal e Estadual. (...) delegação à lei ordinária para a criação de Tribunais Federais, conforme o interesse da Justiça; criando também um tribunal com denominação e organização dadas pela lei, com competência privativa e definitiva, salvo

¹¹ ¹¹ CPDOC. Anos de Incerteza (1930-1937)- Plano Cohen. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>>. Acesso em: 15 junho de 2018.

¹² Para um debate mais alargado sobre o tema. Ver: COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. O ideário de Getulio Vargas no Estado Novo. 1999. 308 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281741>>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)			
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020

recurso voluntário à Corte Suprema, para julgar espécies que envolvam matéria constitucional¹³.

Assim, se por um lado,

“[...] as Constituições locais deveriam respeitar os princípios do Poder Judiciário e do Ministério Público, conforme determinava o artigo 7º, I, da Constituição de 1934: Artigo 7º. Compete privativamente aos Estados: I – decretar a Constituição e as leis por que se devam reger, respeitados os seguintes princípios: e) garantias do Poder Judiciário e do Ministério Público locais. (...) As restrições impostas aos magistrados e ao Poder Judiciário (artigos 65, 67 e 68 da Constituição de 1934) eram relativas ao exercício de função pública, salvo à de magistério, à atividade político-partidária e à proibição ao conhecimento de questões exclusivamente políticas. Conforme o artigo 72, o Júri teria a organização e as atribuições que a lei lhe desse¹⁴.

Conclui a autora, em relação à última instância, que

“[...] O Supremo Tribunal Federal era chamado de Corte Suprema, e os seus membros eram nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado (artigo 74). Foi criado o Tribunal Especial (artigo 58, § 7º) com a competência para julgar os crimes de responsabilidade do Presidente da República, dos Ministros da Suprema Corte, dos Ministros de Estado, quando em conexão com os do Presidente da República. O Tribunal Especial era composto pelo Presidente da Suprema Corte, que era o Presidente do Tribunal Especial, e mais nove juízes, três da Suprema Corte, três senadores e três deputados.”¹⁵


A despeito das alterações decorrentes da Constituição de 1934, a estrutura de funcionamento da Corte de Apelação não sofreu transformações significativas. Apesar da mudança em sua nomenclatura, o Judiciário continuou a funcionar com a mesma estrutura que existia no Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1891-1934).

Com o intuito de nos certificarmos acerca desse fato, realizamos uma busca nos periódicos depositados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira, no período compreendido entre os anos de 1934 até 1937. A época

¹³ DONATO, Verônica. “O Poder Judiciário no Brasil: Estrutura, Críticas e Controle”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Fortaleza, 2006, p. 25.

¹⁴ DONATO, Verônica. Op. Cit., p. 25.

¹⁵ Idem, p. 26.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2020	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

de funcionamento da Corte e Apelação, dentre as palavras-chaves, buscamos por: *justiça, organização judiciária, corte de apelação e código judiciário*. Dessa maneira, verificarmos, em periódicos como *Correio da Manhã, Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*, a coluna referente aos acontecimentos na Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vale lembrar que os jornais, naquele período, eram os principais meios de informação e circulação de notícias. Neles, eram publicados, diariamente, notícias sobre os processos e julgamentos em andamento na Corte de Apelação. A pesquisa, bem como a sua contextualização histórica, serviu para confirmarmos que o Poder Judiciário continuou a ter como referente o Código de Organização Judiciária de 1929. Em síntese, até o ano de 1938, não houve a publicação de nenhum código de organização judiciária referente à Corte de Apelação.

A Corte de Apelação funcionou durante um período de grandes alterações políticas, econômicas e culturais para o Brasil. Apesar dos ventos de mudanças trazidos pelo governo Vargas, no que diz respeito ao Poder Judiciário não foram sentidas grandes mudanças, tendo sido preservado a estrutura anterior as transformações ocorridas no período. Isso pode ser considerado um reflexo do pequeno interregno de funcionamento, não permitindo que o Estado do Rio de Janeiro e os seus magistrados pudessem colocar em práticas mudanças estruturais. O Judiciário Fluminense só sofreria alterações em 1938 com a publicação do novo Código de Organização Judiciário, já sob o funcionamento do Tribunal de Apelação.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1937)

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCOM/ SEGAP)

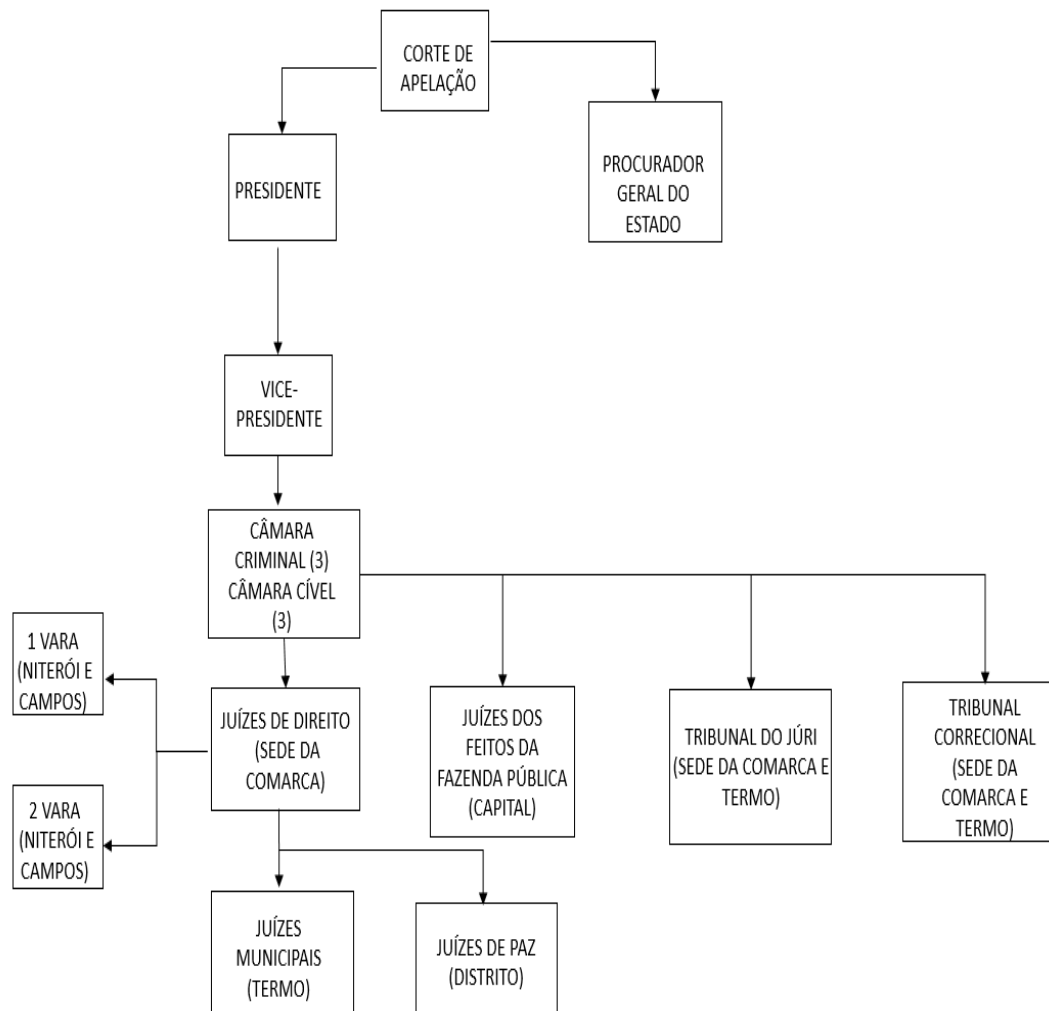
Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa
da Proveniência

Período:
03/05/2018 a
18/10/2018

Emissão:
18/05/2020

Realizado por:
Equipe de
Pesquisa da
Proveniência

3. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS¹⁶



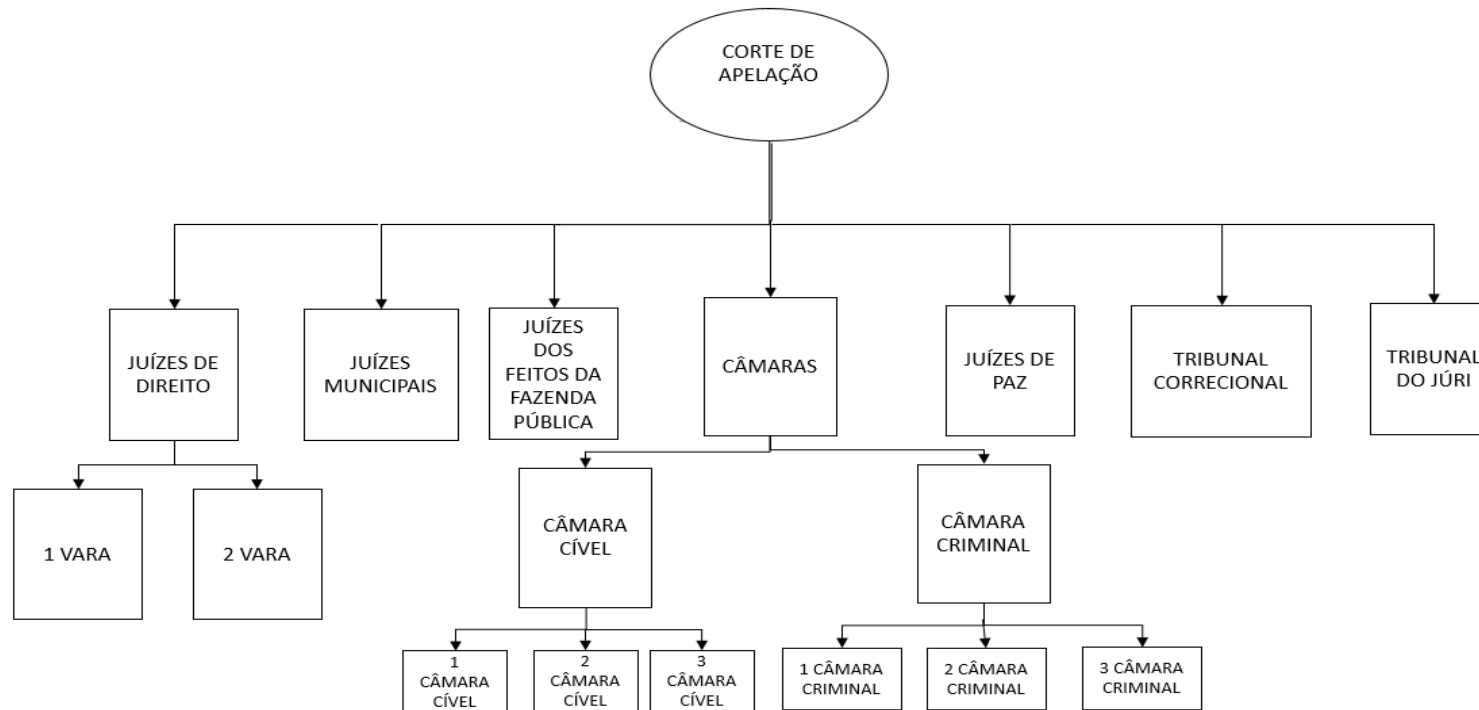
¹⁶ Lei nº 2.315 de 31 de janeiro de 1929.




RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL (1890-1905)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

4. ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

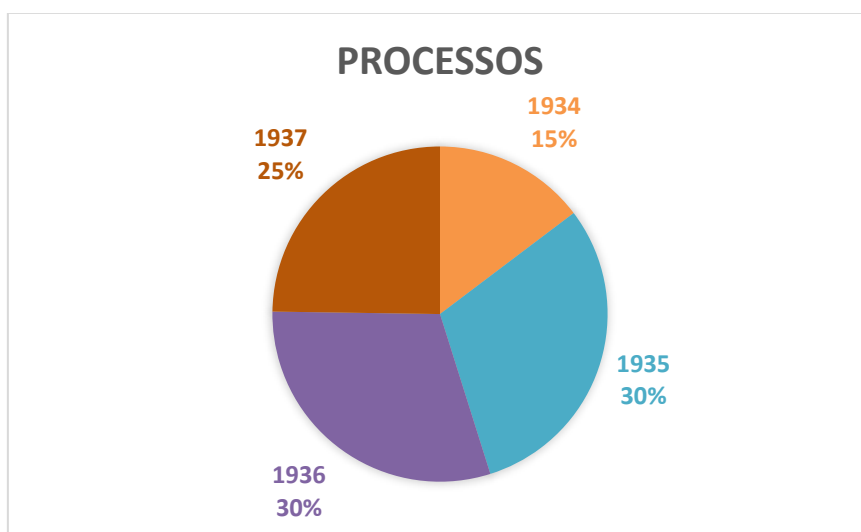
5. COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL


Visando efetuar a confirmação e a comparação das estruturas elaboradas acerca da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, foi efetuada uma análise nos processos já cadastrados pelo SEGAP. Em cada processo foram consideradas as seguintes informações: a data, a proveniência e o tipo documental. Foram analisados 1163 processos, durante o período de funcionamento da Corte de Apelação.

Com a análise dos processos localizados nesse fundo sabe-se, que:

5.1. QUANTIDADE DE PROCESSOS POR ANO


ANO	QUANTIDADE
1934	171
1935	354
1936	350
1937	288
TOTAL: 1163	

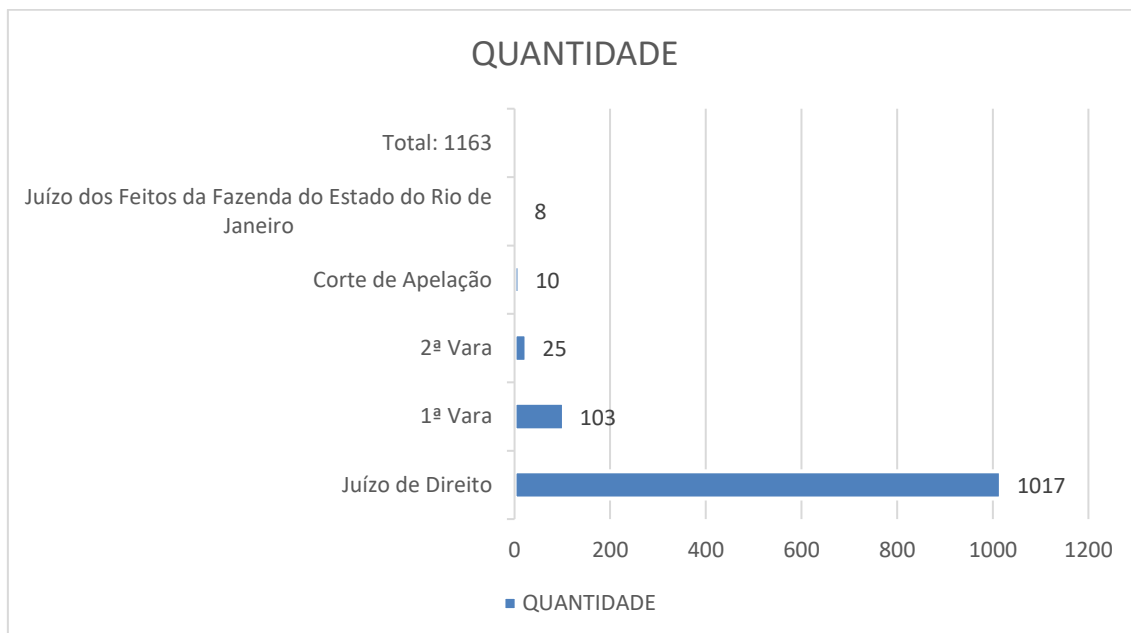


	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

5.2. PROVENIÊNCIA

PROVENIÊNCIA	QUANTIDADE
Juízo de Direito	1017
1ª Vara	103
2ª Vara	25
Corte de Apelação	10
Juízo dos Feitos da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	8
Total: 1163	

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência



5.3. TIPO DOCUMENTAL¹⁷

TIPO DE DOCUMENTO	PROCESSOS
ABUSO DE AUTORIDADE	1
AÇÃO EXECUTIVA	7
AÇÕES QUE VERSEM SOBRE CAPACIDADE DE PESSOAS NATURAIS	2
AÇÕES RELATIVAS A REGISTRO DE IMOVEIS EM GERAL	3
ADJUDICAÇÃO	3
AGRAVO CÍVEL	5

¹⁷ Optamos por inserir no gráfico apenas os cinco tipos documentais com maior número do acervo.



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

AGRAVO DE INSTRUMENTO	5
ALIENAÇÃO JUDICIAL	1
ALVARÁ	14
ALVARÁ JUDICIAL	6
AMEAÇA	2
ANULAÇÃO / NULIDADE	3
ANULAÇÃO DE CASAMENTO	3
ANULAÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO	1
ANULATÓRIA	3
ARRECADÇÃO	27
ARRECADÇÃO DAS COISAS VAGAS	13
ARRECADÇÃO DAS COISAS VAGAS	13
ARROLAMENTO	3
AVERBAÇÃO ANULAÇÃO / CANCELAMENTO IMPUGNAÇÃO	1
BUSCA E APREENSAO	11
CALÚNIA	2
CARTA PRECATÓRIA	14
CAUSAR INCÊNDIO	4
CAUSAS RELATIVAS A RCPN	12
CAUSAS RELATIVAS A RCPN	12
COBRANÇA	13



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

COBRANÇA DE HONORÁRIOS	2
COMISSO	1
CONCORDATA	1
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	7
DECLARAÇÃO DE CRÉDITO	6
DECLARAÇÕES DE MENOR	1
DECLARAÇÕES DE MENOR	1
DEFLORAMENTO	26
DEPÓSITO	8
DESACATO	2
DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA	2
DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	15
DESQUITE	8
DIFAMAÇÃO	1
DISPARAR ARMA DE FOGO	14
DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE	4
DIVISÃO E DEMARCAÇÃO	3
EDITAL DE PROCLAMAS	1
EMANCIPAÇÃO	10
ESPECIALIZAÇÃO DE HIPOTECA LEGAL	1
ESTELIONATO	2
ESTUPRO	3



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL	36
EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	17
EXECUÇÃO FISCAL	25
EXECUÇÃO HIPOTECARIA	12
EXIBIÇÃO	1
EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO	1
EXTINÇÃO DE USUFRUTO	5
FALÊNCIA	16
FORMAL DE PARTILHA / ADJUDICAÇÃO	1
FURTO	7
HABEAS CORPUS	42
HABILITAÇÃO DE CRÉDITO	37
HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO	7
HOMICÍDIO CULPOSO	6
HOMICÍDIO DOLOSO QUALIFICADO	7
HOMICÍDIO SIMPLES	17
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO	10



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

HOMOLOGAÇÃO DE MEDIÇÃO / MEDIÇÃO AMIGAVEL	2
INCÊNDIO CULPOSO	2
INDENIZATÓRIA	7
INJURIA	2
INQUÉRITO POLICIAL FLAGRANTE	1
INSCRIÇÃO DO CANDIDATO PARA CONCURSO	1
INSTRUMENTO DE AGRAVO	3
INTERDIÇÃO	2
INTERDIÇÃO OU CURATELA	8
INTERRUPÇÃO DE PRESCRIÇÃO	1
INVENTÁRIO	151
INVENTÁRIO NEGATIVO	35
JURADOS	1
JUSTIFICAÇÃO	23
LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE RESULTANDO INCAPACIDADE	14
LESÃO CORPORAL LEVE	24
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	1



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

LICENÇA PARA CASAMENTO	8
MANDADO DE SEGURANÇA	5
MANUTENÇÃO DE POSSE	2
MATÉRIA DE ACIDENTES DE TRABALHO	20
MOEDA FALSA	1
NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO/ EM COMISSÃO	3
NOMEAÇÃO E DESTITUIÇÃO DE TUTORES	5
NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO JUDICIAL	26
OPOSIÇÃO	1
PARTILHA	7
PARTILHA OU ADJUDICAÇÃO	1
PATERNIDADE / MATERNIDADE	1
PERMUTA DE BENS IMÓVEIS	1
PETIÇÃO	2
POR USUCAPIÃO	2
PORTE DE ARMA SEM LICENÇA	1
POSSESSÓRIA	4



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquívisticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

PRATICAR HOMICIDIO CULPOSO NA DIRECAO DE VEICULO AUTOMOTOR	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS	23
PROTESTO JUDICIAL	9
RECEBER A COISA NA QUALIDADE DE TUTOR CURADOR	1
RECLAMAÇÃO / CORREIÇÃO PARCIAL	2
REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	16
REINTEGRAÇÃO DE POSSE	6
REIVINDICATÓRIA	8
REQUERIMENTO	25
REQUERIMENTO DE ALVARA	6
REQUERIMENTO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO	1
REQUERIMENTO PARA LEVANTAMENTO DE DINHEIRO	5
REQUERIMENTO PARA VENDA DE BENS	6
RESCISÓRIA	3



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

RETIFICAÇÕES DE QUALQUER ESPECIE REGISTRO DE NASCIMENTO TARDIO	21
REVISAO CRIMINAL	1
REVISÃO CRIMINAL	1
SEDUÇÃO	4
SEPARAÇÃO DE CORPOS	6
SEPARAÇÃO DE CORPOS	6
SEQUESTRO	7
SÚPLICA	2
TESTAMENTO	29
TUTELA	40
VADIAGEM	1
VENDA DE BENS DE MENORES	14
VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL	1



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

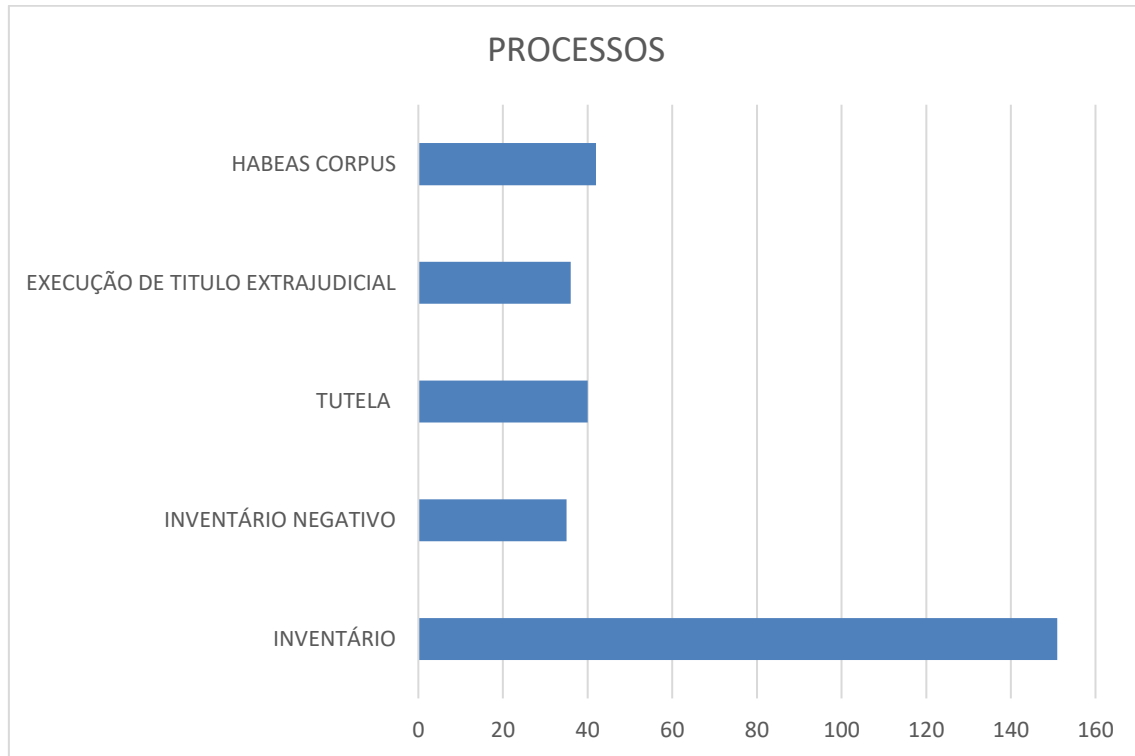
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGC/COM/ SEGAP)


Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa
da Proveniência

Período:
03/05/2018 a
18/10/2018

Emissão:
18/05/2018

Realizado por:
Equipe de
Pesquisa da
Proveniência



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

5.4. UNIDADE JUDICIÁRIA DE ORIGEM

UNIDADE JUDICIÁRIA DE ORIGEM ¹⁸	PROCESSOS
Angra dos Reis	31
Araruama	31
Barra Mansa	14
Barra do Pirahy	41
Barra de São João	0
Bom Jardim	9
Cabo Frio	23
Cambucy	11
Campos dos Goytacazes	67
Cantagallo	73
Capivary	40
Carmo	10
Duas Barras	6
Iguassu	49
Itaborahy	9
Itaguahy	21
Itaocara	7
Itaperuna	3
Macahé	4
Mangaratiba	3
Maricá	2
Niterói	136
Nova Friburgo	71
Parayba do Sul	23
Paraty	6
Petropolis	163
Pirahy	6
Rezende	19
Rio Bonito	0
Rio Claro	1
Sant'Anna de Japuhya	0
Santa Maria Magdalena	47

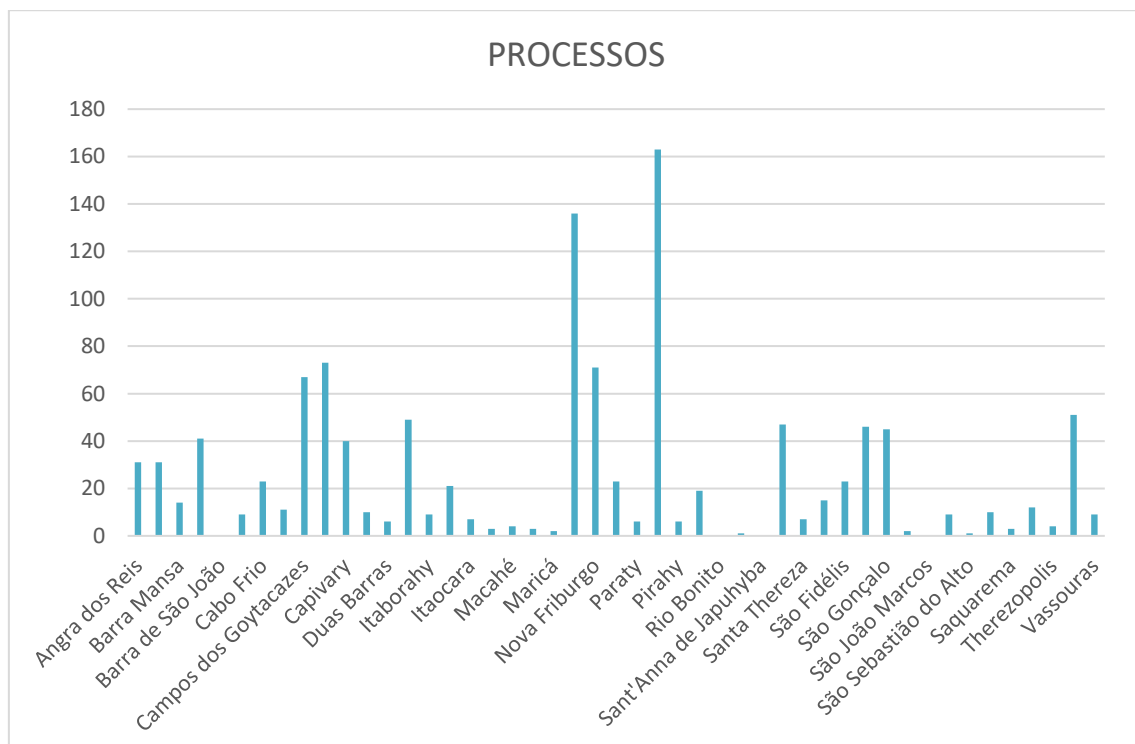
¹⁸ Optamos por deixar os nomes dos municípios pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro com a grafia do período.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

Santa Thereza	7
Santo Antonio de Padua	15
São Fidélis	23
São Francisco de Paula	46
São Gonçalo	45
São João da Barra	2
São João Marcos	0
São Pedro da Aldeia	9
São Sebastião do Alto	1
Sapucaia	10
Saquarema	3
Sumidouro	12
Therezopolis	4
Valença	51
Vassouras	9



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

5.5. PROCESSOS CONSULTADOS

parte	procedência	ano	tipo ação	localidade
ASSAD MIGUEL NACIF	JUÍZO DE DIREITO	1936	JUSTIFICAÇÃO	CANTAGALO
MIGUEL NACIF				
ZEHIRE JORGE RICHÁ				
ANNA JORGE FARAH				
LAFAYETTE DE FARIA SALGADO	JUÍZO DE DIREITO	1936	NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO	CANTAGALO
NACYR ANTONIO INNES				
MARIA JOSE DE ANASTACIO FILHA	JUÍZO DE DIREITO	1936	JUSTIFICAÇÃO	CANTAGALO
HERMENEGILDO JOSE DE ANASTACIO				
MARIA JOSE DE ANASTACIO				
MARIA GOMES DA FONSECA	JUÍZO DE DIREITO	1936	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	CANTAGALO
ANTONIO FARIAS				
ERNESTO ANDRADE DA SILVA	JUÍZO DE DIREITO	1935	DESQUITE	CANTAGALO
EDWIGES QUINDELLER DE LIMA				
ANTONIO FERRAZ DE MEDEIROS				
JOAO FERRAZ DE MEDEIROS				
CASSIO PASSOS BARRETO	JUÍZO DE DIREITO	1936	COBRANÇA	CANTAGALO
ERMELINDA ALVES DE AZEVEDO				
ARTHUR FERREIRA DA COSTA GUIMARAES				
ANTONIO CASTRO	JUÍZO DE DIREITO	1936	DÚVIDA	CANTAGALO
OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS				
ROCHA E SILVA	JUÍZO DE DIREITO	1935	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO	CANTAGALO
SILVINA MARQUES PINTO				
BRAZ FERREIRA ALVES	JUÍZO DE DIREITO	1935	HABEAS CORPUS	CANTAGALO
ARAMIS DE SOUZA LIMA	JUÍZO DE DIREITO	1936	JUSTIFICAÇÃO	CANTAGALO
LOURIVAL CANDIDO DE MORAES	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	CANTAGALO
CARMEN SYLVIA TEIXEIRA DE MORAES				



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

PRISCILIANA SOARES TEIXEIRA				
ELOYA MARIA DA CONCEIÇÃO	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	CANTAGALO
CAETANO ALVES				
ANTONIO RIBEIRO DE MORAES	JUÍZO DE DIREITO	1935	DÚVIDA	CANTAGALO
FREDERICO MESSER				
LUBELIA DE MORAES				
AMERICA TEIXEIRA DE MORAES				
JOSE ROBERTO DE FARIA	JUÍZO DE DIREITO	1935	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	CANTAGALO
JULIO NUNES DE BARROS				
DAGOMIR QUEIROZ DE SANT ANNA REIS				
FRANCISCO DE ABREU	JUÍZO DE DIREITO	1936	JUSTIFICAÇÃO	CANTAGALO
PROMOTOR PUBLICO INTERINO	JUÍZO DE DIREITO	1936	NOMEAÇÃO E DESTITUIÇÃO DE TUTORES	CANTAGALO
MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA				
RAIMUNDO JOSE DA SILVA				
PEDRO GABETA	JUÍZO DE DIREITO	1936	TUTELA	CANTAGALO
CARLOS GABETA				
ELIZA NUNES PACHECO				
PAULINO JOSE DE AZEVEDO	JUÍZO DE DIREITO	1936	NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO JUDICIAL	CANTAGALO
ALVARO VERISSIMO SAUERBRONN SANTOS				
FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	JUÍZO DE DIREITO	1936	EXECUÇÃO FISCAL	CANTAGALO
ALICIO QUEIROZ				
ROMULO DA CAMARA BARRETO JUNIOR	JUÍZO DE DIREITO	1936	NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO	CANTAGALO
JOAO NICOLAO JUNIOR				
PASCHOAL NICOLAO				
MANOEL DIAS DOS SANTOS	JUÍZO DE DIREITO	1936	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	PIRAÍ
JOAQUINA MARIA DE JESUS				
NINO JULIO DE CASTILHO FRANCO				
HENRIQUE NORA JUNIOR				



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

JOSE LUIZ MOURA				
ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES				
JUSTIÇA	JUÍZO DE DIREITO	1937	LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE	CANTAGALO
JOAO BAPTISTA DE OLIVEIRA				
JOAO FULCK				
ANTONIO LESSA				
HONOROTA PEREIRA LIMA	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	CANTAGALO
HENRIQUE NARCIZO DE LIMA				
DIAVOLANE DE OLIVEIRA REIS				
HERMINIA LIMA REIS				
MESSIAS LIMA				
THE LEOPOLDINA RAILWAY CIA LTDA	JUÍZO DE DIREITO	1937	MATÉRIA DE ACIDENTE DE TRABALHO	CANTAGALO
SINVAL JOSE CALDEIRA				
VICTORIA MEDEIROS MUZZY	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	CANTAGALO
ALFREDO ALVES MUZZI				
AYRES DO VALLE TORRES	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	CANTAGALO
CAROLINA PEREIRA TORRES				
PROMOTOR PUBLICO	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO	CANTAGALO
MARIA SAYPE DIAS				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO	JUÍZO DE DIREITO	1935	EXECUÇÃO FISCAL	CANTAGALO
HUGO CUNHA				
JULIA CHAVES	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO NEGATIVO	CANTAGALO
MANOEL JOSE IGNACIO				
JOAO GOMES ORNELLAS	JUÍZO DE DIREITO	1936	AÇÃO EXECUTIVA	CANTAGALO
JOAO CONSTANTINO JUNIOR				
CIA S K F DO BRASIL	JUÍZO DE DIREITO	1935	COBRANÇA	CANTAGALO
JOAQUIM VIANNA DA COSTA				
DAVID DA COSTA LAGE	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO	CANTAGALO
AURORA DA COSTA LAGE				
DAVID DA COSTA LAGE JUNIOR				



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

CARLOS DA COSTA				
AURORA GONÇALVES LAGE				
JOSE JOAQUIM DE MACEDO	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	CANTAGALO
JOAQUIM PRUDENCIO DE MACEDO				
LUIZA PEREIRA DE OLIVEIRA				
PEDRO JOAQUIM DE MACEDO				
NERY DE MACEDO				
BANCO COMERCIAL E INDUSTRIA DE MINAS GERAIS	JUÍZO DE DIREITO	1936	AÇÃO EXECUTIVA	CANTAGALO
SYLVINA MARQUES PINTO				
CUSTODIO RODRIGUES PINTO				
ARISTIDES VENTURA				
MAÇO 1446				

parte	Procedência	ano	tipo ação	localidade
CAMILLA MORAES DE SOUZA	JUÍZO DE DIREITO	1937	INVENTÁRIO	NOVA FRIBURGO
AMERICO BRASILIENSE DE SOUZA CARDOSO				
NADIR DE SOUZA CARDOSO				
JOSE DE SOUZA CARDOSO				
JOSE DE SOUZA CARDOSO				
JUSTIÇA	JUÍZO DE DIREITO	1937	LESÃO CORPORAL	NITERÓI
ALMIR VASQUES				
SERAPHIM DOS ANJOS BALTHAZAR	JUÍZO DE DIREITO	1934	TESTAMENTO	PETRÓPOLIS
MARIA DOS SANTOS				
LUCINDA AMELIA				
IDYLIO JOSE MELLADO				
ALIPIO THOMAZ BALTHAZAR				



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquívisticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

ESPERIDIAO ELOY DE BARROS PIMENTEL	JUÍZO DE DIREITO	1934	TESTAMENTO	PETRÓPOLIS
ELISA NOGUEIRA AZEVEDO				
IRAÇY DE CASTRO ERMIDA	JUÍZO DE DIREITO	1934	TUTELA	PETRÓPOLIS
AUGUSTO JORGE ERMIDA				
FRANCISCA DA SILVA CAMPOS	JUÍZO DE DIREITO	1934	TESTAMENTO	PETRÓPOLIS
ANNA CAMPOS PINHEIRO BORGES				
FRANCISCO FURTADO DE MELLO	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
MARIA MENDES MAGALHAES				
FRANCISCO FURTADO MENDES				
MANOEL FURTADO MENDES				
RAYMUNDO DE SOUZA				
ROZA REZENDE DE SOUZA				
JOSE LAURINDO FILHO	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO NEGATIVO	SANTA MARIA MADALENA
MARIA PEIXOTO LAURINDO				
VICENTE DE SOUZA GOMES BARRINHA	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA	1936	INVENTÁRIO	CAMPOS DOS GOYTACAZES
EMILIA MARIA JOSE				
MANUEL BARRINHA FILHO				
ROSA DA CONCEIÇÃO LORANG	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
MATHIAS LORANG				
MARIA LORANG				
JOAO SIMONEL				
MATHIAS LORANG FILHO				
JOSE MARTINS DA MOTTA	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA	1936	INVENTÁRIO NEGATIVO	CAMPOS DOS GOYTACAZES
VIRGILINA MAGDALENA MARTINS				
SOPHIA AMELIA BRAND THEOBALD	JUÍZO DE DIREITO	1934	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
JOSE MATHEUS THEOBALD				
MARIA AMELIA THEOBALD				
ADELINO JOSE THEOBALD				
PAULO THEOBALD				
VIRGILIO FRANCISCO DE SOUZA	JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA	1937	INVENTÁRIO	CAMPOS DOS GOYTACAZES
MARIA DE ALMEIDA BARBOSA E SOUZA				



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCOM/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa
da Proveniência

Período:
03/05/2018 a
18/10/2018

Emissão:
18/05/2018

Realizado por:
Equipe de
Pesquisa da
Proveniência

ERNESTO ANTONIO DO VALLE	JUÍZO DE DIREITO	1937	INVENTÁRIO	SANTA MARIA MADALENA
JOAQUIM PEREIRA DA COSTA				
MARGARIDA DE OLIVEIRA VALLE				
JOSE GONÇALVES MACIEL	JUÍZO DE DIREITO	1937	INVENTÁRIO	SANTA MARIA MADALENA
CUSTODIA JOAQUINA DE MIRANDA				
MANOEL SA JUNIOR				
JOANNA MIRANDA DE SA				
MARIA LUIZA DE SA				
VICENTE LEOFRANO	JUÍZO DE DIREITO	1937	INVENTÁRIO	CAMPOS DOS GOYTACAZES
FRANCISCO LEOFRANO				
ALYMEN JORGE	JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA	1935	INVENTÁRIO NEGATIVO	CAMPOS DOS GOYTACAZES
ERCILIA JORGE SARDINHA				
ADAO TEIXEIRA OZORIO DE CARVALHO	JUÍZO DE DIREITO	1934	LICENÇA PARA CASAMENTO	PETRÓPOLIS
NAIR DE CARVALHO				
LUIS MATHIAS				
JOSE ZAIDEN	JUÍZO DE DIREITO	1934	TUTELA	PETRÓPOLIS
PEDRO MIGUEL ABBUD				
ADIB MIGUEL				
ADIR MIGUEL ABBUD				
MARIA SOTTLER BASTOS	JUÍZO DE DIREITO	1934	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	PETRÓPOLIS
SABINA CARDOSO				
JOSE FERREIRA DA SILVA	JUÍZO DE DIREITO	1934	MANUTENÇÃO DE POSSE	PETRÓPOLIS
FRANCISCO VENTURA RIBEIRO JUNIOR				
CECILIA LOPES DE CIQUEIRA RIBEIRO				
JOSE FERREIRA DA SILVA	JUÍZO DE DIREITO	1934	EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	PETRÓPOLIS
FRANCISCO VENTURA RIBEIRO JUNIOR				
DOMINGOS DE ANDRADE BASTOS	JUÍZO DE DIREITO	1934	PROTESTO JUDICIAL	PETRÓPOLIS
NARDINI DE MATTOS				



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

MANOEL PIRES	JUÍZO DE DIREITO	1934	NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO JUDICIAL	PETRÓPOLIS
JOAO BAPTISTA PIRES				
MANOEL IGREJAS MARTINS	JUÍZO DE DIREITO	1934	TUTELA	PETRÓPOLIS
ELVIRA MARTINS				
MAÇO 1750				

parte	procedência	ano	tipo ação	localidade
ALCIDES PEREIRA	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
ANTONIETTA MARIA LEITE				
PEDRO BRAUM FILHO	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
MARIA NOEL BRAUM				
JOSE MANOEL ALVES DO FUNDO	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
GUILHERME BADEM				
ANTONIO ALVES DO FUNDO				
HENRIQUE LUIZ ECKHARDT	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
MARIA MAGDALENA KOSLOWSKI ECKHARDT				
HENRIQUE LUIZ ECKHARDT				
BERNARDO BERG				
MAGDALENA E BERG				
FRANCISCO HANG FILHO	JUÍZO DE DIREITO	1936	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	PETRÓPOLIS
GUILHERME FREDERICO SPANGERBERG				
CATHARINA SPANGERBERG SEABRA DA CRUZ				
JOAO SEABRA DA CRUZ				
ANNA MARGARIDA WAYAND SPANGENBERG	JUÍZO DE DIREITO	1936	PRESTAÇÃO DE CONTAS	PETRÓPOLIS
GUILHERME FREDERICO SPANGENBERG				
MARIA DE LOURDES FRAGOSO	JUÍZO DE DIREITO	1936	EMANCIPAÇÃO	PETRÓPOLIS
ANGELINA BAPTISTA DA ROCHA	JUÍZO DE DIREITO	1936	ANULAÇÃO DE CASAMENTO	PETRÓPOLIS



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

ROBERTO FERREIRA DA ROCHA				
JOSE CAETANO PASCHOAL	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO NEGATIVO	PETRÓPOLIS
CARMELITA DA SILVA PASCHOAL				
CLETO GRANDI	JUÍZO DE DIREITO	1935	NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO JUDICIAL	PETRÓPOLIS
PAULO BALTER				
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROPOLIS	JUÍZO DE DIREITO	1935	EXECUÇÃO FISCAL	PETRÓPOLIS
FRANCISCO JOSE FIALHO				
JOAQUIM SOARES PINTO	JUÍZO DE DIREITO	1935	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	PETRÓPOLIS
ALVARO MARTINHO MORAES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROPOLIS	JUÍZO DE DIREITO	1935	EXECUÇÃO FISCAL	PETRÓPOLIS
ALVARO PEREIRA				
CHRISTINA ROSA DE SIMAS DUTRA	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
ANTONIO VARGAS DUTRA				
JUSTINA VARGAS TELLES				
ANTONIO DE MOURA TELLES				
MANOEL ALTIVO VARGAS				
JOAO COELHO DO ALMO JUNIOR	JUÍZO DE DIREITO	1935	EDITAL DE PROCLAMAS	PETRÓPOLIS
ROSA COELHO DO ALMO				
ANTENOR FRANCISCO MARCOLINO				
ANNA JOANNA CLAVERY RAMOS	JUÍZO DE DIREITO	1935	INTERDIÇÃO OU CURATELA	PETRÓPOLIS
JOAO MUNIZ PEREIRA RAMOS				
JOAO DOS SANTOS	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS
JOAQUINA TRAVASSOS DOS SANTOS				
CHRISTINA MARCELINA DOS SANTOS BAPTISTA				
ALFREDO BAPTISTA				
MAGDALENA DOS SANTOS				
ANDRE MOACYR KOSLOWSKI	JUÍZO DE DIREITO	1935		PETRÓPOLIS



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCOM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---


MARIA ROSA COELHO KOSLOWSKY				REQUERIMENTO PARA VENDA DE BENS	
ALCIBIADES KOSLOWSKY					
IRENE STELLA GOUVEA GOUVEA KOSLOWSKI					
JOSE LIMA FILHO					
JOAO THEISEN	JUÍZO DE DIREITO	1935	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	PETRÓPOLIS	
ANTONIO MELILA CANELLA					
OLYMPIA PENHA	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS	
ANTONIO PENHA					
ARMANDO RIBEIRO MAIA	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS	
JOAO RIBEIRO FERREIRA MAIA					
JOSE RIBEIRO FERREIRA MAIA					
JOAO RIBEIRO FERREIRA MAIA JUNIOR					
FRANCISCO RIBEIRO MAIA					
CIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELECTRICA	JUÍZO DE DIREITO	1935	REQUERIMENTO PARA LEVANTAMENTO DE DINHEIRO	PETRÓPOLIS	
HENRIQUE GOUVEA	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO NEGATIVO	PETRÓPOLIS	
HEROINA DE ANDRADE GOUVEA					
JOSEPE WACHACO IENDRIKE	JUÍZO DE DIREITO	1935	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS	
EUGENIA DOS SANTOS IENDRIKE					
IRMAOS BRANDI	JUÍZO DE DIREITO	1935	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	PETRÓPOLIS	
LOMBARDI E FERREIRA					
JOVINA GOMES PEREIRA	JUÍZO DE DIREITO	1935	COBRANÇA	PETRÓPOLIS	
ANTONIO PEREIRA					
GUILHERME AFFONSO BOTELHO					
DELAURO BERTHINI NAYLOR	JUÍZO DE DIREITO	1934	INDENIZATÓRIA	PETRÓPOLIS	
ZOY GEORGINA NAYLOR					
ANTONIO FILPO					
ANNA MARGARIDA WAYAND SPANGENBERG	JUÍZO DE DIREITO	1936	INVENTÁRIO	PETRÓPOLIS	



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)**

Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência
---	--	---	-------------------------------	---

GUILHERME FREDERICO SPANGENBERG				
LUIZ CARLOS SPANGENBERG				
CATHARINA SPANGENBERG SEABRA DA CRUZ				
JOAO SEABRA DA CRUZ				
HENRIQUE PEDRO SCHMITZ	JUÍZO DE DIREITO	1936	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	PETRÓPOLIS
MANOEL ANIDO PARAGO				
MAÇO 1721				

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1934-1935)				
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência	Período: 03/05/2018 a 18/10/2018	Emissão: 18/05/2018	Realizado por: Equipe de Pesquisa da Proveniência

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antonio Isaías da Costa. “O judiciário fluminense e suas comarcas – Capital”. V. I. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2009.

ABREU, Maurício de. “Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução” IN: Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago. 2003. p. 229.

ACOSTA, Walter. “Coletânea da Organização Judiciária”. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 3ª ed., 1969.

DONATO, Verônica. “O Poder Judiciário no Brasil: Estrutura, Críticas e Controle”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Fortaleza, 2006.